

Entrevista com a Professora Dra. Paula Lopes

Educação para os media

1 Introdução

A entrevistada deste volume da Revista Signo é a **Professora Dra. Paula Lopes**, Professora Associada da Universidade Autónoma de Lisboa (UAL), que tem realizado um trabalho com a literacia midiática a partir dos estudos de Comunicação.

Concluiu o doutoramento em Sociologia no Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, com a tese “Literacia mediática e cidadania: Práticas e competências de adultos em formação na Grande Lisboa”. Licenciada e mestre em Ciências da Comunicação, tem ainda um bacharelato em Marketing e Publicidade.

É subdiretora do Departamento de Ciências da Comunicação e Coordenadora científica da Licenciatura em Ciências da Comunicação e do Mestrado em Comunicação Aplicada na Ual. É investigadora integrada no LabCom e investigadora colaboradora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, investigadora associada no OBSERVARE – UAL e investigadora-coordenadora do NIP-C@M (Núcleo de Investigação em Práticas e Competências Mediáticas) - UAL.

Foi jornalista, formadora de jornalistas no CENJOR – Centro de Formação para Jornalistas, consultora de comunicação e imagem, e programadora cultural. Nos últimos anos, tem vindo a desenvolver investigação nas áreas da literacia mediática e digital (práticas e competências), e dos consumos mediáticos e digitais, explorando a relação destes com práticas de cidadania e de participação social.

2 A Entrevista

Pergunta 1: Como você desenvolve a relação entre sua pesquisa e o ensino?

Paula Lopes: Pesquisa e ensino são faces de uma mesma moeda. Existe uma articulação evidente: um educador idóneo nunca deixa de se questionar, de duvidar, de se interrogar e de pôr em causa o que parece estar normalizado e socialmente convencionado. De forma permanente e metódica, procura analisar e compreender perspectivas, visões da vida e do mundo, oferecendo à comunidade robustez científica, evidência empírica, com base na investigação que desenvolve. Por outro lado, o educador é um eterno educando: todos os dias, ao ouvir “o outro” e contextualizando o seu “lugar de fala”, ele se transforma, numa espécie de metamorfose sustentada na humildade e na honestidade intelectual, enfim, na liberdade que é alimento de reflexividade profunda e de mudança.

Sendo professora (de Ciências da Comunicação), sinto como meu ofício ouvir “o outro” e perceber quem é. Por que razão? Porque a empatia e o prazer são as bases da aprendizagem. Ao fazer pesquisa na área da literacia mediática e digital em sala de aula, após o diagnóstico inicial (isto é, a verificação de conceitos, mas também a aferição de práticas, consumos, competências), inicia-se a aventura. E é uma verdadeira aventura perceber, por um lado, que alunos do Ensino Superior ainda não dominam conceitos como “educação para os média” ou “literacia mediática” e, por outro, que nunca foram questionados acerca do que fazem no seu dia a dia, como olham e leem o mundo (real ou virtual) e porquê.

Nunca tiveram o seu “lugar de fala”. A educação convencional permanece nas nossas escolas, os padrões repetem-se, asfixiando a inteligência.

Em tempos de polarização intensa, de desordem informacional e de infociação, não podemos deixar de falar do caos comunicativo, do abismo que nos atrai e nos absorve, dos discursos que alimentam o ódio, o preconceito, a mentira, a exclusão e a intolerância. De como filtrar e selecionar informação. Falar das oportunidades do mundo digital, mas também dos riscos e dos danos. Enfim, falar da vida de todos os dias, da vida como ela é.

Pergunta 2: Você entende que sua pesquisa colabora para a educação? De que forma?

Paula Lopes: Sim, pelo menos quero acreditar que sim! A minha tese de doutoramento, “Literacia mediática e cidadania: Práticas e competências de adultos em formação na Grande Lisboa”, financiada pelo Governo de Portugal, constituiu uma primeira abordagem no que concerne à avaliação de competências mediáticas de adultos em formação, na sua maioria jovens universitários. As conclusões não foram particularmente animadoras: os resultados impeliram-nos a questionar a ideia preconcebida de que os mais jovens (“nativos digitais”?) e mais escolarizados são cidadãos mais ativos e participativos, mas – em rigor – apenas uma minoria destes inquiridos gera conteúdos, participa *online*, se empenha, enfim, se mobiliza. Muito poucos usufruem realmente das potencialidades da tecnologia e do mundo digital, do mundo das redes. Mais uma nota: a relação entre competências de literacia mediática e práticas de cidadania revelou-se fraca, quase inexistente.

Depois desta investigação, colaborei em quatro grandes projetos direcionados a públicos diferentes: o Manual de Instruções para a Literacia Digital (MILD, 2017), financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, um portal *online* que visa desenvolver as competências dos jovens entre os 14 e os 18 anos, nos domínios da leitura, dos média e da cidadania digital; o Plano de Intervenção Cidadãos Competentes em Leitura e Escrita (PICCLE, 2019-

2021), projeto do Plano Nacional de Leitura 2027, financiado pelo Programa Operacional Capital Humano, e que resulta numa plataforma digital de criação, agregação e curadoria de conteúdos em áreas como a leitura, a escrita, os média, a informação ou o digital, com centenas de recursos pedagógicos, propostas de atividades, estudos, modelos e projetos de intervenção para fomentar a reflexão e o debate entre professores e alunos do Ensino Básico e do Ensino Secundário; o projeto Competências de Literacia Digital e Mediática em Portugal (COMEDIG, 2020-2022), financiado pelo COMPETE2020, Portugal2020, União Europeia e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, o qual – após o diagnóstico do nível de competências de literacia mediática e digital de alunos e professores de diferentes níveis de escolaridade – resultou no desenvolvimento de recursos educativos e orientações para a intervenção no domínio da educação para os média, tendo por público-alvo estudantes do Ensino Básico, Secundário, Superior, mas também professores, formadores, investigadores, famílias, etc; e na revisão e atualização do *Referencial de Educação para os Média para a Educação Pré-Escolar, o Ensino Básico e o Ensino Secundário*, documento de natureza flexível, a ser usado em contextos formais, não-formais ou informais, publicado pela Direção-Geral de Educação – Ministério da Educação em dezembro de 2023.

Por isso, sim, acho que a pesquisa que empreendo colabora para a educação.

Pergunta 3: Para você, os documentos que trazem as diretrizes para a educação, sobretudo a base de nível nacional, estão adequados para a educação contemporânea?

Paula Lopes: Em Portugal, a área científica da literacia mediática e da educação para os média foi-se consolidando nas últimas décadas. Começo por destacar cinco ou seis documentos.

O primeiro, de 2012, quando a Direção-Geral de Educação (DGE) do Ministério de Educação e Ciência inscreve a educação para os média como uma das dimensões da educação para a cidadania,

encarando-a como incentivo aos alunos para “utilizar e decifrar os meios de comunicação, nomeadamente o acesso e utilização de tecnologias de informação e comunicação, visando a adoção de comportamentos e atitudes adequados a uma utilização crítica e segura da internet e das redes sociais”.

Dois anos depois, a mesma DGE publica o *Referencial de Educação para os Média para a Educação Pré-Escolar, o Ensino Básico e o Ensino Secundário* (2014), direcionado às escolas e que uniformiza, em 12 temas, as *Linhas Orientadoras de Educação para a Cidadania*.

Em 2017, dois documentos são de referência obrigatória: a *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania* e o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* que sugere “alterações de práticas pedagógicas e didáticas de forma a adequar a globalidade da ação educativa às finalidades do perfil de competências dos alunos”.

Recentemente, em 17 de novembro de 2023, o Governo de Portugal publicou, em Diário da República, a Resolução do Conselho de Ministros nº 142/2023, aprovando as *Linhas Orientadoras do Plano Nacional de Literacia Mediática*, “como forma de contrariar o défice no acesso, consulta e leitura de conteúdos informativos de imprensa e promover o combate à desinformação e à divulgação de conteúdos falsos junto da população, com especial enfoque no contexto escolar, mas chegando também aos segmentos que apresentam menores níveis de literacia mediática. Desta forma, o Governo reconhece que é fundamental desenvolver políticas públicas para combater as desigualdades e formas de exclusão que se produzem num ambiente mediático complexo”. Neste texto se reconhece que “a literacia mediática deve, assim, ser entendida como um conceito amplo e dinâmico, abrangendo um conjunto alargado de competências nos domínios da leitura e da utilização de tecnologias digitais, e de valores cívicos, que sirvam de base a sentimentos positivos de vínculo à comunidade e de confiança nas instituições”.

Em dezembro de 2023, foi disponibilizada online a nova edição do *Referencial de Educação para os Média para a Educação Pré-Escolar, o Ensino Básico e o Ensino Secundário*, revista e atualizada,

uma publicação da DGE-Ministério da Educação. Os autores do primeiro referencial (de 2014) entenderam, assim como o grupo de peritos na matéria com os quais trabalharam, que “nos anos decorridos desde a primeira versão do referencial, foram abundantes e significativas as alterações que se registaram no ecossistema comunicativo e mediático e nas formas de organização do trabalho escolar, tornando mais premente a necessidade de desenvolvimento de competências que permitam aos alunos lidar de forma crítica com as oportunidades e os riscos do mundo digital”. Foram definidos oito temas, desdobrados em subtemas, com base em referenciais nacionais e internacionais.

Embora reconhecendo a atenção que tem sido dada ao tema nos últimos anos, há algumas observações que não posso deixar de fazer. A primeira diz respeito ao próprio conceito de “literacia mediática” que muitas (demasiadas!) vezes tem sido confundido, em contexto de ensino-aprendizagem, com “literacia das notícias”. A segunda observação revela uma realidade reconhecida por professores e alunos, embora em surdina, em *off*: a educação para os média no contexto da educação para a cidadania é matéria praticamente inexistente no processo de ensino-aprendizagem (os períodos horários destinados à educação para a cidadania “socorrem” aulas de apoio ou estudo autónomo). A terceira observação admite que a população mais jovem é a mais visada quando se fala em educação para os média e em literacia mediática (e digital), esquecendo outros grupos etários como os idosos, por exemplo. Por fim, registre-se a questão dos acessos e da posse (ou não) de equipamentos digitais que possibilita ou impossibilita consumos e constitui evidente fator de desigualdade social.

Pergunta 4: Já se tem falado há bastante tempo sobre a distância entre as práticas de leitura na escola e fora dela. Algumas questões atravessam esse tema, por exemplo, o entendimento de que a escola deve manter determinados meios e atividades de leitura tradicionais, por exemplo, a leitura dos clássicos da literatura. Por outro lado, existe uma necessidade premente de preparar os estudantes para o mundo

social em que vivem, quando novas tecnologias exigem diferentes habilidades cognitivas e modos de ler. Qual seria o equilíbrio?

Paula Lopes: Totalmente de acordo com a palavra que usou na sua pergunta: “equilíbrio”.

Já temos evidências empíricas para sustentar a afirmação que, no mundo virtual/digital, os hábitos de leitura são menos aprofundados, comprometendo a capacidade de concentração, a habilidade de entender textos mais complexos e a reflexividade do indivíduo, a reflexão de uma forma mais crítica.

Por exemplo, o estudo desenvolvido por investigadores da Universidade de Valência, Espanha, divulgado em 2019, veio revelar isso mesmo: quando lemos em papel, a compreensão do que é lido é maior. O assunto é particularmente relevante quando pensamos em crianças e jovens. O último PIRLS – estudo de literacia da leitura realizado com crianças – assinalou esse facto. Recentemente, a UNESCO veio apelar ao “uso apropriado da tecnologia na educação”.

Países como a Suécia, a Noruega, a Dinamarca ou o Reino Unido estão a voltar (ou já voltaram) atrás na “digitalização das aulas”. Aliás, a Suécia – que desde a década de 90 do século XX esteve na linha da frente na implementação do ensino-aprendizagem 100% digital nas suas escolas – está a planear um regresso ao ensino baseado nos livros em papel, de forma a reforçar as competências de leitura e escrita, em particular no Ensino Básico.

Os resultados da oitava ronda do PISA (edição de 2022 agora tornados públicos em dezembro de 2023), estudo da OCDE que avalia e compara sistemas educativos a nível mundial com amostras constituídas por alunos de 15 anos, revelaram uma descida generalizada, uma queda sem precedentes desde que o estudo é realizado, nas médias gerais a leitura. E a pandemia não explica tudo. A OCDE sugere que “existem problemas antigos

nos sistemas educativos” e que o estatuto socioeconómico do aluno “continua a exercer influência determinante nos resultados médios”.

Na verdade, não podemos simplesmente fingir que o digital não existe e que as nossas crianças e jovens não vivem, também, num mundo digitalizado e altamente fascinante. Por isso se torna tão importante educar para o digital. Equilibrar a leitura em papel, a leitura referencial em sala de aula (sobretudo com os alunos mais novos, do Ensino Básico), com a leitura nos ecrãs, nos equipamentos tecnológicos que possuem ou aos quais têm acesso. Este equilíbrio é inevitável ou perderemos os alunos durante o processo. Já não existe o “mundo real” e o “mundo virtual”: existe mundo. E é para viver nesse mundo, com responsabilidade, com criatividade e espírito crítico que os alunos devem ser educados. Repito: falar das oportunidades do digital, mas também dos riscos e dos danos. Falar da vida como ela é.

Sim, “equilíbrio” é, de facto, a palavra-chave.

Pergunta 5: Qual a importância de educar para as novas mídias?

Paula Lopes: Educar para os média (*old* ou *new*) é educar para o presente e para o futuro, é educar para a liberdade e para a democracia. É educar para uma cultura de base humanista, centrada no “eu e o outro”, na inclusão social, na participação consciente e autónoma.

Por um lado, como escrevi em 2019, no livro *Comunicação Digital: média, práticas e consumos*, “a educação para os média é a estratégia mais inteligente, embora pensada a longo prazo, para combatermos a desinformação, as mentiras e a pós-verdade”. Por outro, é uma forma de capacitar cidadãos, tornando-os mais críticos, mais reflexivos, mais conscientes na tomada de decisões, potenciando a sua participação e contribuindo de forma pedagógica para a construção de uma cidadania global.